

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.457.798 - SP (2019/0054711-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO BAUMANN - SP107064
RODRIGO VARINI MUTTI - SP335298
FELIPE ALMGREN E OUTRO(S) - SP383277
AGRAVADO : JOSE RICARDO BONFIETTI
ADVOGADO : JOÃO CARLOS ALVES RIBEIRO - SP168390

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ART. 932, III, DO CPC/2015. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por Telefônica Brasil S.A. contra a decisão de fls. 285-288 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, na qual foi negado seguimento ao recurso especial.

A Corte de origem deixou de admitir o recurso sob os seguintes fundamentos: i) incidência do art. 1.030, I, *b*, do CPC/2015, referente aos temas ilegitimidade passiva e ausência de fundamentação da sentença; ii) não demonstração de violação aos dispositivos arrolados c/c a incidência da Súmula 7/STJ, no tocante à inversão do ônus da prova; e iii) não comprovação do dissídio jurisprudencial.

Contra tal decisão foi interposto o presente agravo.

Sem contraminuta (e-STJ, fl. 309).

Brevemente relatado, decido.

Compulsando os autos, constata-se que a agravante deixou de combater os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial. Limitou-se a insurgente à repisar as razões do recurso especial, descuidando-se de demonstrar no presente recurso a inaplicabilidade dos óbices apontados na origem, a saber: não demonstração de violação aos dispositivos arrolados c/c a incidência da Súmula 7/STJ, no tocante à inversão do ônus da prova; e não comprovação do dissídio jurisprudencial.

Ora, é dever da parte combater especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o desacerto do *decisum* que negou seguimento à

irresignação especial.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO. INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES DO ART. 265 DO CPC/1973 (ATUAL 313, V, 'A', DO CPC/2015). AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. INDEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 544, § 4º, I, 2ª PARTE, DO CPC/1973, ART. 253, PARÁGRAFO ÚNICO, INC. I, DO RISTJ E ART. 932, III, DO CPC/2015. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Quanto ao pedido de suspensão do feito, a suspensão do processo com base na alínea "a" do inc. IV do art. 265, do CPC/1973 (atual art. 313, V, "a", do CPC/2015) dá-se apenas naqueles casos em que decisão de mérito depender do exame de prejudicial que é a principal de outro processo, o que não é o caso dos autos. Não havendo que se falar em questão prejudicial apta a justificar a suspensão da presente demanda, sob pena de se postergar indefinidamente a conclusão da controvérsia, o que vai de encontro ao próprio princípio da razoável duração do processo (art. 5º, LXXXVIII, da CF/88), impõe-se o indeferimento do pedido de suspensão.

2. Não se conhece do agravo em recurso especial que deixa de atacar especificamente e fundamentadamente todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade. Inteligência do art. 544, § 4º, I, do CPC/1973, do art. 253, I, do RISTJ e do art. 932, III, do CPC/2015.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 872.750/MS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 19/08/2016);

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INADMISSÃO DO APELO NOBRE. FUNDAMENTO INATACADO. NÃO CONHECIMENTO.

1. Descabido o exame do recurso, na forma dos arts. 932, III, do CPC/2015 e 253, parágrafo único, I, do RISTJ, ante a ausência de impugnação específica ao fundamento da decisão impugnada.

2. No caso, o recorrente apresenta argumentação insuficiente para combater o fundamento da decisão que inadmitiu o apelo nobre, qual seja, o óbice da Súmula 126/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.007.624/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 12/06/2017).

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado do recorrido em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Publique-se.

Brasília, 04 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

